

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas pressupondo sua continuidade operacional, o qual contempla a realização de ativos e a liquidação de passivos no curso normal dos negócios. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram analisadas pelo Comitê de Auditoria, e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 08 de março de 2023.

2.2. Bases de consolidação e investimento em controladas - As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas Verde e Sentinelas dos Pampas. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas da Companhia são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. A Companhia também consolida as demonstrações financeiras do FIDC Verdecard, uma vez que representa uma entidade de propósito específico onde as atividades são conduzidas substancialmente em função das necessidades operacionais e financeiras da Companhia, a qual está exposta à maioria dos riscos e benefícios relacionados ao fundo, através da titularidade de todas as quotas subordinadas. No processo de consolidação do FIDC Verdecard, foram feitas eliminações de ativos e passivos, ganhos e perdas das operações entre a Companhia e o FIDC Verdecard.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Reconhecimento de receitas - A Companhia reconhece a receita em conformidade com o IFRS 15/ CPC 47, estabelecendo um modelo que evidencia se os critérios para a contabilização foram satisfeitos observando as seguintes etapas: (1) identificação do contrato com o cliente, (2) identificação das obrigações de desempenho, (3) determinação do preço da transação, (4) alocação do preço da transação, e (5) reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando esses aspectos, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa da Companhia de receber pela contrapartida dos produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes. A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e os descontos, além das eliminações de receitas entre partes relacionadas e do ajuste à valor presente. A receita de vendas de mercadorias corresponde às vendas a varejo, e é reconhecida no resultado pelo seu valor justo e quando o controle inerente às mercadorias é transferido para o comprador. A Companhia possui como principais fontes de receitas de serviços prestados a intermediação de serviços financeiros com parceiros comerciais e instituições financeiras terceiras, taxa de administração de cartões de crédito, receita de anuidade, e correspondente bancário. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado de acordo com a efetiva prestação de serviço. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A receita de juros sobre ativos financeiros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia, e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade, pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro para o valor contábil líquido, na data do reconhecimento inicial desse ativo.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

3.3. Contas a receber de clientes - Corresponde aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. São demonstradas aos valores nominais, ajustados a valor presente na data do balanço, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base em análise histórica da carteira de clientes, no montante da perda de crédito esperada para sua vida inteira. As contas a receber dos titulares de cartões VerdeCard são ativos financeiros, com recebimentos fixos ou determináveis. São incluídos como ativos circulantes, com prazo de vencimento inferior a 12 meses da data base do balanço, e as parcelas excedentes aos 12 meses estão incluídos como não circulante. Esses montantes referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito VerdeCard. O saldo de contas a receber de clientes está registrado pelo valor original da transação ajustado a valor presente. Os direitos creditórios do FIDC Verdecard com vencimento em até 12 meses da data do balanço, estão incluídos como circulante, e as parcelas excedentes aos 12 meses estão incluídos como não circulante. Esses montantes referem-se a financiamento de compras com encargos de clientes adquiridos pelo FIDC Verdecard através de cessão definitiva de direitos creditórios originados pelas instituições financeiras terceiras e financiamento de compras sem encargos de clientes adquiridos pelo FIDC Verdecard através de cessão definitiva de direitos creditórios originados pela Verde.

3.4. Estoques - Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, deduzido de provisão para ajustá-los aos prováveis valores de realização. As provisões para perdas nos estoques são compostas pela provisão para realização de estoques que corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos necessários para realizar a venda. O custo médio de aquisição inclui os custos de armazenagem e manuseio, na medida que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de vendas nas lojas, deduzindo de bonificações por atingimento de metas de crescimento recebidas de fornecedores.

3.5. Bonificações - As bonificações recebidas de fornecedores são mensuradas e reconhecidas com base nos acordos comerciais assinados, e registradas ao resultado na rubrica de custo das mercadorias vendidas à medida em que os correspondentes estoques são vendidos.

3.6. Imobilizado - Os saldos de imobilizado são submetidos a teste para a verificação de perda de valor ("impairment") sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado. Uma perda por "impairment" é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos os custos de sua venda, e o valor em uso. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

3.7. Intangível - Registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de amortização acumulada. A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 17 que leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimado dos bens e direitos. Ativos intangíveis referentes a desenvolvimento de software e implementação de sistemas de gestão, têm seu custo capitalizado quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão superiores ao custo, considerada sua viabilidade econômica e tecnológica, e são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. Despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas diretamente no resultado do exercício quando incorridas. Os saldos de intangível são submetidos a teste para a verificação de perda de valor ("impairment") sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado. Uma perda por "impairment" é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos os custos de sua venda, e o valor em uso. Para os ativos intangíveis com vida útil definida a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente se não houver indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperável. Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do exercício quando da baixa do ativo.

3.8. Fornecedores - convênio - Estas operações constituem em alternativa de suporte aos nossos fornecedores comerciais, não são realizadas de forma massificada e preservam características comerciais normais de negócio, tanto em preço como em prazos médios e, portanto, preservando a essência da transação.

3.9. Obrigações com conveniadas - Contas a pagar a estabelecimentos conveniados são passivos decorrentes de transações realizadas pelas portadoras dos Cartões de Crédito VerdeCard nos estabelecimentos credenciados à Rede VerdeCard. O saldo está registrado pelo valor original das transações, deduzido da taxa de administração, a qual é reconhecida no resultado no momento da transação.

3.10. Demais direitos e obrigações - Os demais direitos e obrigações, classificados no circulante e não circulante obedecem aos prazos de realização ou de exigibilidade e estão apresentados pelo valor de custo ou realização e por valores conhecidos e calculáveis, respectivamente, incluindo quando aplicável os rendimentos, encargos, variações monetárias e cambiais.

3.11. Provisões - Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado decorrente de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Quando houver expectativa de recuperação de recursos utilizados na liquidação de uma provisão, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.12. Imposto de renda e contribuição social - O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas legais vigentes, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real como permitido pela legislação. São reconhecidos os impostos diferidos sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, na extensão em que sua realização seja provável. Os impostos diferidos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

3.13. Incentivos fiscais - A Companhia usufrui de subvenção para investimentos, concedida por alguns entes governamentais onde possui operação, na forma de créditos presumidos de ICMS nos termos da Lei Complementar nº 160/2017. As subvenções governamentais são registradas na demonstração do resultado do exercício na rubrica de receita líquida de vendas, e são utilizados como abatimento na base de cálculo de PIS, COFins, do imposto de renda e da contribuição social apurados pela Companhia. Posteriormente, no momento da destinação do lucro do exercício, os montantes de subvenção para investimentos são registrados na conta de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Além da subvenção para investimentos, a Companhia também se utiliza de outros incentivos fiscais utilizados como redutores na apuração, ou no abatimento do imposto de renda e da contribuição social devidos, como gastos com inovação tecnológica, Programa Empresa Cidadã, projetos relacionados a Lei de Incentivo à Cultura, Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fundo do Idoso, Incentivo ao Desporto, e Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).

3.14. Ajustes a valor presente - As operações de compras e vendas a prazo são reduzidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base nas taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de contas a receber e sua realização é registrada no resultado financeiro de acordo com a fruição pelo prazo de vencimento das contas a receber. O ajuste a valor presente das compras a prazo tem como contrapartida a conta de fornecedores e sua realização é registrada no resultado financeiro de acordo com o prazo de vencimentos de fornecedores.

3.15. Arrendamentos - A Companhia como arrendatária reconhece os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso. Os passivos de arrendamento correspondem aos fluxos de pagamentos futuros ajustados a valor presente, descontados por taxa de juros incrementais de empréstimos, e os ativos de direitos de uso são apresentados ao custo amortizado. A Companhia aplica isenção de reconhecimento a (i) arrendamentos de curto prazo, ou seja, contratos com duração de até 12 meses; e (ii) arrendamentos para os quais o ativo subjacente é considerado de baixo valor, ou seja, obrigações de até R\$ 24 por ano. Na avaliação dos contratos, a Companhia identificou dois tipos de ativos de arrendamento sendo eles ativos de direito de uso referentes a aluguéis ("Direito de Uso") e arrendamento mercantil de máquinas e equipamentos ("Máquinas e Equipamentos"). Os fluxos de pagamentos dos aluguéis, brutos de potenciais créditos de PIS e COFINS, foram ajustados a valor presente, considerando o prazo remanescente de cada

contrato, e aplicando taxa incremental de empréstimo, obtida através de sondagens de operações com prazo e garantia semelhante junto a instituições financeiras. Em razão da diversidade de prazos de depreciação dos contratos de arrendamento, considerou-se taxas de acordo com o prazo de cada um dos contratos de arrendamentos.

3.16. Plano de opção de compra de ações - Com o objetivo de alinhar os interesses de médio e longo prazos da empresa com os de seus gestores principais, a Companhia estabeleceu programa de opção de compra de ações que busca incentivar a geração de valor empresarial, compartilhando os ganhos de valor com os beneficiários do programa. As opções de compra de ações são ofertadas aos profissionais selecionados pelo Conselho de Administração, proporcionando-lhes o direito futuro de adquirir ações da companhia sob condições e em prazos estabelecidos. O valor apurado na data da outorga das opções de ações é registrado nas demonstrações financeiras ao seu valor justo.

3.17. Receitas diferidas - As receitas diferidas são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício à medida que a prestação do serviço é efetuada.

3.18. Demonstração do valor adicionado - Essa demonstração tem por finalidade evidenciar o valor criado pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3.19. Instrumentos financeiros - 3.19.1. **Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração** - Ativos financeiros são mensurados, no reconhecimento inicial, ao valor justo. Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens são reconhecidas na data da operação. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e partes relacionadas, e outras contas a receber. **Mensuração subsequente - Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado**: Representam ativos adquiridos para fins de realização no curto prazo, cujo objetivo seja receber fluxos de caixa contratuais, e nas situações em que os termos contratuais do ativo financeiro derem origem a fluxos de caixa que constituam pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Após o reconhecimento inicial, são mensurados utilizando-se o custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. A receita de juros, a correção monetária e a variação cambial, deduzidas as perdas por desvalorização, são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas. **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado**: Representam os demais ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado. As taxas de juros, a variação monetária, a variação cambial e as variações derivadas da avaliação pelo valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas.

Desreconhecimento de ativos financeiros - Um ativo financeiro (ou, conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa;
- A Companhia e suas controladas transferem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu, nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle. Quando a Companhia e suas controladas cedem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo transferido ou controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas controladas. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros** - A Companhia adotou o método da perda esperada e a mensuração com base em toda a vida dos ativos financeiros. É utilizada a abordagem simplificada para os grupos de ativos financeiros, que considera a análise do crédito, o histórico de movimentações e perdas. Com base no acompanhamento periódico de indicadores de risco de crédito, a Administração da Companhia não identificou fatores de aumento na perda esperada em comparação com o comportamento histórico. O valor de perda é mensurado com base na expectativa de não recebimento da carteira, que é obtida através dos valores de perda histórica por faixa de atraso desde o reconhecimento inicial do recebível. A média de perda histórica de seis meses é aplicada conforme comportamento histórico recente, e assim atribui-se um percentual de risco de crédito. O percentual de risco de crédito é aplicado a cada faixa de vencimento sob o valor total dos contratos. O produto entre os percentuais de perda esperada e os montantes de faixa de vencimento resultam no montante de perda esperada que é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Se, em exercício subsequente, o valor da perda por não recuperação se reduzir e a redução puder ser associada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da provisão (tal como uma melhora da classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por desvalorização reconhecida anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Se uma baixa for recuperada posteriormente, a recuperação é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício. 3.19.2. **Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração** - Passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado para a emissão de títulos e dívidas. Esses custos são apropriados ao resultado do período do financiamento, como complemento do custo de captação, ajustando assim a taxa de juros efetiva da operação. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, fornecedores - convênio, contas a pagar por aquisição de investimento, empréstimos e financiamentos, quotas sêniores FIDC Verdecard, passivos de arrendamento, obrigações com conveniadas, e instrumentos financeiros derivativos. **Mensuração subsequente** - Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetiva. **Desreconhecimento de passivos financeiros** - Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for resogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. 3.19.3. **Instrumentos financeiros - apresentação líquida** - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 3.19.4. **Instrumentos financeiros derivativos** - A Companhia eventualmente fica exposta a riscos de mercado decorrentes de suas operações e utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como contratos de derivativos de swaps de juros para proteger-se dos riscos de taxas de câmbio e de taxas de juros. Instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo em cada data de divulgação de balanço. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como de curto ou longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratuais, e conforme as características atreladas deste contrato, a companhia apresenta de forma líquida esse contrato de derivativo com o da operação original. A Companhia não possui operações de derivativos em aberto na data destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

A aplicação das políticas contábeis exige da Administração o exercício de julgamento e a elaboração de estimativas, que levam em conta a experiência histórica e a avaliação subjetiva de riscos. Em consequência, os efeitos reais dos eventos estimados podem diferir das estimativas, exigindo sua reavaliação contínua. Os efeitos decorrentes de revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que a revisão ocorre. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para redução ao valor recuperável, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para ajuste ao valor realizável dos estoques, imposto de renda diferido, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis.

4.1. COVID-19 - Desde o início da pandemia em 2020, a Companhia efetua e atualiza trimestralmente, uma análise nos ativos e passivos sujeitos as estimativas contábeis como provisão para redução ao valor recuperável, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para ajuste ao valor realizável dos estoques, imposto de renda diferido, provisão para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e mensuração do valor justo de instrumentos financeiros, além de renovar as análises sobre a continuidade operacional da Companhia. De acordo com as estimativas da Administração e com o acompanhamento dos impactos da pandemia, não há efeitos que devam ser registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, e tampouco há efeitos na continuidade e/ou estimativas da Companhia que justifiquem mudanças nas conclusões destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia continuará monitorando e avaliando os impactos e, se necessário, fará as devidas provisões e divulgações tempestivamente.

5. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

5.1. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Principais alterações	Aplicáveis a períodos anuais com início em ou após 01/01/2024
Pronunciamento Alterações da norma IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não-circulante.	Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não-circulante.
Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - Definição de Estimativas Contábeis.	Esclarece que uma mudança na estimativa contábil que resulta de novas informações ou novos desenvolvimentos não é a correção de um erro.

A Companhia está avaliando os impactos dos pronunciamentos das alterações listadas acima, porém não espera efeitos significativos oriundos da adoção.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Caixa e bancos	4.845	3.144	11.231	10.431
Equivalentes de caixa:				
Conta Corrente Remunerada	2% a 12% do CDI	10.455	7.528	24.871
Certificado de depósito bancário	70% a 128% do CDI	158.083	106.863	290.859
Letra Financeira do Tesouro	100% da SELIC	-	-	5.273
Operações compromissadas (a)	97% a 99% do CDI	-	-	84.545
		168.538	114.191	405.548
Total		173.383	117.335	416.779

(a) Refere-se a operações compromissadas realizadas pelo FIDC Verdecard, nas quais o fundo compra

títulos públicos com compromisso de revenda em data futura definida, e rentabilidade definida ou parâmetro de remuneração pré-estabelecido.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Certificado de depósito bancário	99% a 128% do CDI	3.073	5.849	3.073
Letra financeira do tesouro	100% da SELIC	-	-	72.449
Total		3.073	5.849	75.522

Em 31 de dezembro de 2022 as aplicações financeiras em certificado de depósito bancário no montante de R\$3.073 (R\$5.849 em 31 de dezembro de 2021), estão vinculadas a garantias emitidas para assegurar o cumprimento do instrumento particular de acordo operacional com parceiros comerciais. Com relação às letras financeiras do tesouro, o objetivo é garantir rentabilidade do caixa do FIDC Verdecard, não tendo, portanto, previsão de uso imediato, sendo passíveis de resgate imediato caso haja necessidade de caixa extraordinária do fundo, caso contrário a aplicação deverá permanecer até seu vencimento.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Cartões de crédito - próprio (VerdeCard)	87.106	86.303	-	-
Cartões de crédito - terceiros (a)	42.101	34.248	42.101	34.248
Outras contas a receber VerdeCard	5.101	2.124	-	-
Outros créditos e financiamentos	268	183	268	183
Financiamento próprio - Lojas (b)	26.069	34.578	95.828	95.264
Financiamento próprio - Conveniados VerdeCard (c)	-	-	60.767	80.474
Direitos creditórios FIDC Verdecard (d)	-	-	913.062	750.368
Contas a receber pela exploração de produtos financeiros	1.813	2.074	1.933	2.335
Total	162.458	159.510	1.113.959	962.872
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.398)	(5.601)	(122.686)	(91.442)
Ajuste a valor presente	(4.360)	(3.621)	(4.360)	(3.621)
Total	152.700	150.288	986.913	867.809
Circulante				
Contas a receber de clientes	60.493	61.858	911.714	833.144
Contas a receber partes relacionadas (Nota 14)	92.196	88.414	-	-
Total	152.689	150.272	911.714	833.144
Não Circulante				
Contas a receber de clientes	-	3	75.199	34.665
Contas a receber partes relacionadas (Nota 14)	11	13	-	-
Total	11	16	75.199	34.665

(a) Refere-se aos financiamentos de compras de clientes efetuadas na rede de lojas através de cartões de crédito terceiros.
 (b) Corresponde aos financiamentos de compras de clientes efetuadas na rede de lojas sem encargos contratuais. No saldo do consolidado o valor de financiamento próprio - lojas inclui os valores de financiamento pela Verde através do cartão VerdeCard referente a compras de clientes efetuadas na rede de lojas. Esse contas a receber possui parcelas com vencimentos superiores a 12 meses da data do balanço, que corresponde ao montante de R\$587 (R\$451 em 31 de dezembro de 2021) incluídos no ativo não circulante.
 (c) Refere-se aos financiamentos de compras de clientes efetuadas na rede de estabelecimentos conveniados do cartão VerdeCard. Esse contas a receber possui parcelas com vencimentos superiores a 12 meses da data do balanço, que corresponde ao montante de R\$22 (R\$15 em 31 de dezembro de 2021) incluídos no ativo não circulante.
 (d) Refere-se aos financiamentos de compras com encargos de clientes adquiridos pelo FIDC Verdecard através de cessão definitiva de direitos creditórios originados pelas instituições financeiras terceiras, e financiamento de compras sem encargos de clientes adquiridos pelo FIDC Verdecard através de cessão definitiva de direitos creditórios originados pela Verde. Esse contas a receber possui parcelas com vencimentos superiores a 12 meses da data do balanço, que corresponde ao montante de R\$74.590 (R\$34.199 em 31 de dezembro de 2021), incluídos no ativo não circulante. A carteira de contas a receber do FIDC Verdecard é apresentada como Direitos Creditórios do FIDC Verdecard, enquanto que a provisão de perdas desta carteira é apresentada na Provisão para créditos de liquidação duvidosa nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.
 Em 14 de julho de 2022, o FIDC Verdecard procedeu com a emissão da 7ª e 8ª séries de cotas seniores no montante de R\$300.000, equivalente a 300.000 (trezentos mil) cotas seniores, com prazos de três e cinco anos, respectivamente, e desta forma a Verde cedeu R\$75.000 em recebíveis de financiamento próprio - lojas e conveniados VerdeCard de forma definitiva ao FIDC Verdecard para integralização de cotas subordinadas.
 Abaixo segue tabela evidenciando os montantes de recebíveis para cada faixa de vencimento.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
A vencer	154.456	147.146	911.037	796.753
Vencidos até 30 dias	1.932	6,073	54.886	51.258
Vencidos de 31 a 60 dias	342	5,039	24.420	21.723
Vencidos de 61 a 90 dias	214	308	16.194	15.293
Vencidos de 91 a 180 dias	633	590	39.392	30.594
Vencidos de 181 a 360 dias	502	526	62.085	42.923
Vencidos acima de 360 dias	4.379	4.328	5.405	4.328
Total	162.458	159.510	1.113.959	962.872

A Companhia mensura a provisão para perdas de contas a receber de clientes em um valor equivalente à perda de crédito esperada na liquidação das contas a receber. As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de inadimplência passada (histórico de perdas) e considera fatores econômicos para constituir a provisão para perdas estimadas. Para os créditos vencidos acima de 180 dias, a companhia efetua o provisionamento de 100% do valor. Abaixo segue tabela evidenciando os montantes de provisão para cada faixa de vencimento.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
A vencer	65	115	69	119
Vencidos até 30 dias	60	188	4.194	3.212
Vencidos de 31 a 60 dias	49	121	9.226	8.444
Vencidos de 61 até 90 dias	55	124	9.268	8.385
Vencidos de 91 até 180 dias	288	299	32.439	24.031
Vencidos de 181 até 360 dias	502	526	62.085	42.923
Vencidos acima de 360 dias				